

Juventude e voluntariado: considerações sobre o novo modelo de participação social e os jovens no Brasil¹

Youth and voluntary labor: considerations on the new model of social participation of the youth in Brazil

Recebido: 2/12/2009
Aprovado: 15/02/2010

Luis Antonio Groppo

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) e do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mail:* luis.groppo@am.unisal.br

Maria Jussara Zamarian

Mestre em Educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). Professora das Faculdades Integradas Maria Imaculada e da Faculdade Municipal de Mogi Guaçu. Supervisora de Ensino da Rede Estadual de Ensino de São Paulo. *E-mail:* sarazamarian@hotmail.com

Resumo

O trabalho discute as categorias jovem militante, jovem alienado e jovem voluntário, de modo histórico e sociológico, com

Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano XI - Nº 21 - 2º Semestre/2009

Juventude e voluntariado: considerações sobre o novo modelo de participação social e os jovens no Brasil - p. 409-436

GROPPLO, L.A.; ZAMARIAN, M.J.

base em pesquisa bibliográfica e em experiências educacionais dos autores. Busca-se demonstrar que o termo voluntário esconde motivações e interesses diversos do Estado, da sociedade e dos próprios jovens: apaziguamento social, redução do desemprego, criação de vínculos à nova configuração do sistema socioeconômico, melhoria do currículo e ocupação de jovens em situação de risco.

Palavras-chave

Voluntariado, juventude, práxis comunitária, militante.

Abstract

The work discusses categories of young militant, alienated young and voluntary young, in historical and sociological way, on the basis of bibliographical research and educational experiences of the authors. Search to demonstrate that the voluntary term hides diverse motivations and interests, of the State, society and of the proper young: social pacification, reduction of the unemployment, creation of bonds to the new configuration of the socio-economic system, improvement of the curriculum and occupation of young in risk situation.

Keywords

Voluntary labor, youth, praxis socio-communitarian, militant.

Introdução

Não podes negar um fato; é que o prazer do beneficiador é sempre maior que o do beneficiado [...] Primeiramente há o sentimento de uma boa ação, e dedutivamente a consciência de que somos capazes de boas ações; em segundo lugar, recebe-se uma convicção de superioridade sobre outra criatura, superioridade no estado e nos

meios; e esta é uma das coisas mais legitimamente agradáveis, segundo as melhores opiniões, ao organismo humano.

Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, 2007.

O dicionário da língua portuguesa² informa que a palavra voluntário vem do latim *voluntariu* e significa “aquele que age espontaneamente; derivado da própria vontade; em que não há coação”.

Já a Organização das Nações Unidas (ONU)³ chama de voluntário

[...] aquele que, devido seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem estar social, ou outros campos.

Na Fundação ABRINQ pelos direitos da criança – órgão criado pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos –, pode-se encontrar a definição de voluntário como um ator social e agente de transformação que oferece serviços, não remunerados, em benefício da comunidade, doando seu tempo e seu conhecimento, realizando um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário e atendendo tanto às necessidades do próximo ou aos imperativos de uma causa como às suas próprias motivações pessoais, sejam estas de caráter religioso, cultural, filosófico, político, emocional (CORULLÓN; WILHEIM, 1996, p. 1).

Para Martins (2007, p. 22), voluntário é aquele que

[...] se engaja momentaneamente, sobretudo em campanhas específicas para tratar de problemas particulares, que não comprometem a sua vida e nem, muito menos, implica em riscos para o sistema social vigente, que o incorpora na dinâmica reprodutiva.

O voluntariado parece se definir como um conjunto de ações, desenvolvidas sem intenção financeira, ao menos manifesta, en-

volvendo algum tipo de doação (tempo, dinheiro, conhecimento etc). Já o sujeito que pratica essas ações é, pretensamente, aquele que se engaja em campanhas, muitas vezes pontuais, para “se doar” e resolver problemas de determinado grupo de pessoas ou de determinada comunidade, sem a capacidade, entretanto, de promover uma mudança na atual sociedade.

Constrói-se, no imaginário sociopolítico e nas práticas cotidianas, um novo modelo de participação social, oferecido, estimulado e até imposto a diversas categorias sociais na contemporaneidade, inclusive, e principalmente, aos jovens.

Este modelo recebe o nome de voluntariado, mas, como se verá, o aspecto voluntário não é sempre a principal característica – às vezes ele está até ausente – das muitas novas práticas de participação social, arregimentadas em torno deste modelo. Uma denominação talvez mais procedente fosse a de práxis comunitária, segundo definição de Martins (2007), que assim identifica essas ações pontuais, fragmentadas, de inserção ou de contribuição com a “comunidade” local para questões específicas de inclusão e de desenvolvimento social, costumeiramente chamadas de voluntariado, como: animação em hospitais, creches, escolas, projetos sociais etc.; ajuda em reforma ou pintura de escolas e outras instituições sociais; plantação de mudas de árvores e outras ações ecológicas correlatas; orientações técnicas diversas (como contábil, jurídica e administrativa) para cooperativas e projetos sociais; serviços profissionais oferecidos de modo gratuito a indivíduos e populações “carentes”; ações educacionais com diversos fins e conteúdos, sejam estes religiosos, profissionalizantes ou de estímulo ao empreendedorismo; ajuda “afetiva” e/ou terapêutica para pessoas com dificuldades emocionais, como a de voluntários que buscam amenizar a solidão de idosos em asilos etc.

A seguir, será analisada mais detidamente a metamorfose dos modelos de participação social da juventude, contrastando o

voluntariado com o militante, seguindo caminho já trilhado por Martins (2007) e com o alienado (o não participante). Concebem-se esses modelos a um tempo como conjunto de práticas – não necessariamente coerente e coeso – e, principalmente, como uma ideologia. Em seguida, discutir-se-ão algumas das variações encontradas no dito “jovem voluntário”.

1. O militante

A realidade das lutas sociais ao longo dos séculos XIX e XX, bem como sua mitologia, forjou um tipo peculiar, um modelo descritivo e, ao mesmo tempo, exemplar de prática sociopolítica: o militante.

Os movimentos radicais no século XIX gestaram o tipo revolucionário em tempo integral ou parcial. Os carbonários eram mesmo uma secreta irmandade insurrecional, o que não impediu de serem eliminados por agentes oficiais ao longo dos anos de 1820. Jacobinos e democratas radicais de diversas ordens enriqueceram o universo das práticas políticas e da mitologia rebelde do início do século XIX. Forjava-se o militante partícipe das lutas políticas por transformação social, em dedicação exclusiva ou quase, seja em organizações semissecetas ou em clubes políticos mais ou menos abertos.⁴ Ao longo desse século, o radicalismo republicano forneceu modos de organização e de participação para os movimentos anarquistas, socialistas e sindicais.

No início do século XX, Lênin, os bolcheviques e a 3ª Internacional Comunista consolidaram e enrijeceram o modelo do militante. Sim, o militante era ainda o indivíduo ativo em tempo importante, sujeito a riscos pessoais, portador dos valores ideológicos considerados como os mais justos e envolvido na organização e na realização de ações coletivas que se destinariam a transformar a sociedade de modo fundamental. Mas a militância passaria a significar também a disciplina quase militar, a obedi-

ência estrita às lideranças, a adoção da ideologia como dogma e – com o estalinismo e o maoísmo – o culto ao líder supremo, representante do poder e da centralidade da organização – o partido –, no qual as individualidades dos militantes se dissolviam.

A idade ideal do militante também foi envelhecendo. A imagem típica do revolucionário no início do século XIX era o do jovem – como ilustra o famoso quadro de Delacroix, *A liberdade guiando o povo*. E era o jovem estudante seu emblema, tal qual o abnegado partícipe das Manufaturas Nacionais no tempo da Revolução de 1848, na França (GROPPO, 2000). Mas, no início do ano de 1900, teve-se como ideal o adulto iniciado, nascido na classe operária, sindicalista ou filiado à célula local do partido.

Nesse sentido, os movimentos estudantis de 1968 não foram apenas a rebeldia contra o sistema capitalista, mas também contra os sistemas que se colocavam então como suas supostas alternativas – o nacionalismo terceiro-mundista e o socialismo de tipo soviético – e também contra as formas de oposição e de militância consagrada pela tradição bolchevique (WALLERSTEIN, 1989).

O modelo da militância atingiu um novo fulgor, tão intenso quanto breve: o jovem militante dos anos de 1960. Um tipo nunca bem definido durante sua efêmera vigência, contraditório em suas várias faces reais, mas um dos mais marcantes no imaginário político das últimas décadas. Para além de definir uma prática política real, o tipo servia para medir e para julgar as juventudes das décadas seguintes. E um novo tipo se anunciava, quase ao avesso do militante: o jovem alienado e despolitizado do pós-1968.

O jovem militante dos anos de 1960 contestava a pouca combatividade dos partidos oficiais de oposição, denunciando que a disciplina do militante ao partido mais servia para frear os ânimos revolucionários do rebelde do que para educá-lo à revolta. Vários desses jovens propuseram que o mais importante era a motivação individual, a rebeldia pessoal, do que a estrutura da

organização – uma interessante e estranha celebração disso é *Revolução na revolução*, de Régis Debray (1967). Forjava-se a imagem do jovem – em geral, universitário e vindo das classes médias das grandes urbes mundo afora – rebelde, revolucionário, generoso, idealista, doador de seu tempo, de sua energia e, às vezes, até de sua própria vida para a transformação profunda da sociedade.

2. O alienado

A derrota política dos movimentos de 1968 e a somatização de sua rebeldia cultural ao consumismo teriam dado origem, já nos anos de 1970, ao modelo avesso do jovem militante: o jovem alienado, individualista, despolitizado e consumista, inverso àquele de 1968 e quase seu complemento, um tipo jovem militante que mais servia, *a posteriori*, para prejudicar todo jovem e qualquer ação das novas juventudes como fetichizados.

Esse período – esse prejulgamento – foi marcado pelo texto “Geração AI-5”, do sociólogo Luciano Martins (1979), com rigorosa reprovação de uma juventude de classe média brasileira que se refugiara nas drogas, na psicanálise e na contracultura, despolitizando-se e acatando o fechamento instaurado pela ditadura militar com o AI-5.⁵

Os anos de 1970, 1980 e 1990 assistiram as omissões dessas juventudes alienadas politicamente e individualistas, que voltaram as costas para as questões coletivas e os problemas mais amplos. A militância, no caso do Brasil e de outros países da América Latina, viria se instaurar em outros lugares – nos “novos movimentos sociais”, voltados a questões locais, de sobrevivência, étnicas e de emancipação da mulher.

Crê-se que é possível relativizar e criticar esse tipo mito por seu reducionismo sociológico e por sua condenação sumária de toda uma série de juventudes a rótulos depreciativos. É preciso considerar mais seriamente a pesada sedução exercida pelo *marketing* e por

sua pregação do consumismo. No caso do Brasil e de outros países com regimes de exceção, houve uma severa vigilância e uma violenta repressão às mínimas ações politizadas dos estudantes ao longo de parte importante desse período. É necessário considerar as expressões alternativas de descontentamento, ou antes, as tentativas de expressão, bem como o potencial contestador em ações e em encenações socioculturais tão facilmente rotuladas como “desbunde”, alienação. Houve, então, a reorganização do movimento estudantil, das contraculturas, das ações culturais e artísticas dos estudantes e a participação de indivíduos jovens nos novos movimentos sociais e da igreja progressista etc.

Em breve, contudo, no imaginário político e no discurso hegemônico, a participação social dos jovens iria se encontrar com outro modelo que, como será visto, nada tem de inédito, mas que ganhou curiosa centralidade nesse início do século XXI: o voluntariado.

Retomando o conceito de práxis comunitária delineado na introdução deste artigo, pode-se dizer que o jovem voluntário realiza uma práxis justamente de tipo comunitário, portanto, de caráter local, fragmentário, descontínuo e sem perspectivas de transformações na estrutura social. Já o jovem militante realizava o que Martins (2007) definiu como práxis social, isto é, uma práxis que visava realizar alterações consideráveis na estrutura social, para além da inclusão de comunidades em situação de risco ou outros pequenos arranjos socioeconômicos em favor da manutenção do modo de vida instituído. Entre um tipo de práxis e outro, entre a militância e o voluntariado – como maneiras que hegemonizaram o imaginário social para caracterizar a participação social dos jovens –, teve-se, como já descrito, o alienado. Este marca a não ação, a recusa da práxis, a fuga da prática sociopolítica.

Mais que uma característica natural, ou mesmo uma marca de uma geração – a do final do século XX –, a alienação ou a

omissão sociopolítica pode ser lida como uma necessidade estrutural mesma do sistema sociopolítico em tempos de crise da economia mundial (tanto no capitalismo desenvolvido quanto no “subdesenvolvido” e no socialismo) e da ascensão das doutrinas e políticas neoliberais – tempos, cá na América Latina, de ditaduras militares ferrenhas na repressão de oposições.

O início do século XXI, contudo, iria apresentar outra condição sociopolítica, outra configuração ideológica e política hegemônica, a qual, mais do que incentivar a omissão sociopolítica, mas sem pregar a militância, a práxis social, estimulava o voluntariado.

3. Voluntariado no Brasil

Antes de traçar um quadro do voluntariado de jovens na contemporaneidade, em especial no Brasil, é importante descrever uma breve genealogia do voluntariado, demonstrando que essa prática não é inédita. Nova, sim, é a força da sua legitimidade como atividade de intervenção social. Ao se tomar ações voluntárias por práticas assistenciais, é possível traçar uma linha histórica no Brasil, a qual se inicia, praticamente, com seu descobrimento.⁶

Mas, para compreender os sentidos atuais de voluntariado, pode-se avançar até os anos de 1950 e 1960. Diante da industrialização no país em aceleração, bem como o êxodo rural crescente, houve um agravamento relativo às questões sociais no país. Com isso a chamada “sociedade civil”⁷ buscou atuar com maior eficácia nessas questões, e algumas pessoas de destaque na sociedade lideraram movimentos em favor de causas específicas, capazes de gerar comoção social, como o acolhimento de órfãos e o combate à fome, agregando simpatizantes, principalmente do círculo social a que pertenciam.

No início, a maioria dos voluntários era composta de mulheres que se envolviam na causa por opção ou por afinidade. Então, chás de senhoras e eventos de caridade eram os principais

instrumentos utilizados. Em breve, essas atividades passaram a ser vistas com reserva ou mesmo severamente criticadas, porque, muitas vezes, eram desenvolvidas visando à ascensão social e ao ganho de *status* para quem as conduziam, tanto de pessoas quanto de empresas. Também serviam como meios de corrupção, pois não havia prestação de contas aos colaboradores. Essa foi a “Era Damista” do voluntariado, pautada no assistencialismo estatal, na igreja e na segregação elitista que a sociedade mais rica da época impunha aos mais necessitados.

Pode-se afirmar que essa fase foi o trampolim para formas mais modernas de organização social, dando início a novos conceitos, a novas técnicas na área de servir e a novas filosofias. É importante ressaltar que, mesmo com essa “evolução”, ainda existia o antigo modelo em diversas instituições do país.

Nessa mesma época, surgiu a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) para auxiliar os portadores de necessidades especiais. Além disso, o governo criou o Projeto Rondon, que tinha como sujeito os universitários brasileiros, os quais passaram a dar assistência a comunidades consideradas carentes, localizadas no interior do país – atividade precursora de outras ações voluntárias protagonizadas por jovens que se tornariam tão comuns depois.

No decorrer dos anos de 1970, as organizações não governamentais (ONGs) europeias, com o objetivo de fomentar projetos de desenvolvimento no terceiro mundo, incentivaram o surgimento de ONGs nos continentes do hemisfério sul, inclusive no Brasil. Ainda no contexto histórico brasileiro, a Pastoral da Criança foi criada, em 1983, com a finalidade de treinar líderes comunitários para combater a mortalidade infantil.⁸ A Pastoral da Criança é um exemplo de práxis comunitária capaz de causar grande impacto no tecido social, ainda que sem a intenção – e sem, ao que parece, efeito – de transformação das estruturas socioeconômicas. O que busca, antes, é a intervenção em uma

questão específica, ainda que bastante relevante: a desnutrição infantil.

As ações da Pastoral da Criança de promoção do desenvolvimento infantil e a melhoria da qualidade de vida são possíveis graças ao trabalho voluntário. Mais de 261 mil pessoas acompanham mais de 1,8 milhão de crianças e 95 mil gestantes em mais de 42 mil comunidades de 4.066 municípios brasileiros. As ações dessas pessoas ajudam a reduzir a desnutrição, a mortalidade infantil e ainda promovem a paz e a justiça social nos grandes bolsões de pobreza e miséria do país. Todo trabalho tem como base a solidariedade e a multiplicação do saber. O resultado é a promoção humana e o fortalecimento do tecido social das comunidades (PASTORAL DA CRIANÇA, 2009).

A partir de 1990, surgiram maneiras mais modernas de atuação social, nas quais as entidades do “terceiro setor” (ou da chamada “sociedade civil”)⁹ e seus voluntários buscaram incorporar conceitos, filosofias e procedimentos do segundo setor (ou seja, do mercado), mas, ao menos formalmente, atentas à preocupação de não perderem sua identidade e sua missão (GOHN, 2001).

Nessa mesma época, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) instituiu o projeto Comunidade Solidária para tentar adequar-se às exigências do moderno voluntariado. A primeira dama, Ruth Cardoso, foi nomeada presidente do conselho. Em seguida, a Fundação ABRINQ manifestou o interesse em conhecer a organização do trabalho voluntário no território nacional. Unindo-se ao programa Comunidade Solidária, fundaram o Programa de Estímulo ao Trabalho Voluntário no Brasil, que visava fomentar a prática da cidadania, oferecendo vias organizadas para a ação voluntária. Para isso, surgiu a necessidade de se criar os centros de voluntariado do Brasil. Atualmente, esses centros existem na maioria das capitais, atuando na captação e na formação das entidades e dos voluntários.

O então presidente promulgou a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispunha sobre as condições do exercício do serviço voluntário nas entidades sociais, com a regulamentação, a legitimação e o reconhecimento desse tipo de ação, estabelecendo-o com a exigência do termo de adesão pelo interessado e minimizando, dessa forma, a probabilidade de ocorrência de problemas nas relações trabalhistas (BRASIL, 1998).

O ano de 2001 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional do Voluntário, com apoio de 123 países. Nesse mesmo ano, pelos trabalhos realizados por seus 150 mil voluntários, a Pastoral da Criança foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz.

Como dito, buscando estabelecer responsabilidades e direitos na prestação do serviço voluntário, em 1998 foi sancionada a Lei do Voluntariado no Brasil. Em 2003, essa lei sofreu algumas alterações, com a incorporação de novos itens visando atrair mais um público para o serviço voluntário: o público jovem. Segue abaixo o artigo 3º e sua complementação, efetuada em 2007:

Artigo 3º – O prestador do serviço voluntário poderá se ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único – As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Artigo 3ºA. – Fica a União autorizada a conceder auxílio financeiro ao prestador de serviço voluntário com idade de dezesseis a vinte e quatro anos integrante de família com renda mensal per capita de até meio salário mínimo.

§ 1º – O auxílio financeiro a que se refere o caput terá valor de até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e será custeado com recursos da União por um período máximo de seis meses, sendo destinado preferencialmente:

I – aos jovens egressos de unidades prisionais ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas;

II – a grupos específicos de jovens trabalhadores submetidos a maiores taxas de desemprego.

§ 2º – O auxílio financeiro será pago pelo órgão ou entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos previamente cadastradas no Ministério do Trabalho e Emprego, utilizando recursos da União, mediante convênio, ou com recursos próprios.

§ 3º – É vedada a concessão do auxílio financeiro a que se refere este artigo ao voluntário que preste serviço a entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos, na qual trabalhe qualquer parente, ainda que por afinidade, até o terceiro grau, bem como ao beneficiado pelo Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE (BRASIL, 1998).

Na alteração promovida no governo de Luis Inácio Lula da Silva, houve a introdução do artigo 3ºA na lei. Essa alteração consistiu em um artifício do Governo Federal para atrair os jovens que não puderam participar do Programa Primeiro Emprego. Como eles não preenchiam os pré-requisitos do jovem aprendiz – precisavam estar estudando –, foi criado um auxílio financeiro para os interessados em desenvolver trabalhos voluntários. Essa alteração acabou gerando certa polêmica entre vários dos defensores desse tipo de trabalho, porque, no entender deles, descaracterizava-se o que se entendia por voluntariado – essa lei e essa alteração serão discutidas profundamente mais adiante.

Antes, faz-se um olhar panorâmico sobre a defesa e a crítica do voluntariado.

Os que consideram fundamental o voluntariado acreditam que, para ser um verdadeiro cidadão, é necessário participar, de forma voluntária, de projetos sociais. Acreditam ainda que o indivíduo que se recusa ou discorda desse tipo de ação acaba tendo um prejuízo ético e moral, sendo considerado como aquele que não se preocupa e não se compromete com o desenvolvimento social e com a comunidade na qual está inserido, e acaba, portanto, sendo parcialmente culpado pelo “atraso” da transformação social que todos almejam.

Como defensores dessa mesma linha de pensamento, alguns autores e personalidades que apoiam o “terceiro setor” enfatizam que a diminuição das respostas estatais às necessidades sociais é, de certa forma, positiva porque possibilita o estabelecimento e/ou o aumento dos laços de solidariedade local e voluntária entre os particulares, criando espaços de participação social. Bandeiras são levantadas para defender essa postura, como os movimentos desenvolvidos no caso dos flagelados da seca, dos desabrigados, dos moradores de rua e do voluntarismo do Amigo da Escola.

Alguns apresentam sua defesa com o olhar da psicologia, como é o caso de Seagal e Horne (1998), baseados na teoria chamada *human dynamics*¹⁰ (dinâmicas humanas), que enfatiza a transpessoalidade. Segundo esses autores:

As pessoas nas quais a dimensão transpessoal é ativa são tipicamente inundadas por qualidades que todos nós podemos reconhecer, mas freqüentemente temos dificuldade em descrever – qualidades como graça, compaixão, bondade, brandura ou grande visão. Quando as pessoas são transpessoalmente desenvolvidas e pessoalmente integradas, tais qualidades se refletem consistentemente em suas ações, e suas vidas são consistentemente orientadas para servir o bem comum (2000, p. 312).

Contribuindo para a conscientização da importância do trabalho voluntário, Giddens (2005), sociólogo britânico que assumiu e organizou como ideologia política a terceira via, defende que, para que aconteça uma renovação dos sentimentos de pertença e de comunidade, é preciso um conjunto de ações, como ajuda mútua, colaboração entre classes e harmonização. Nesse aspecto, os voluntários são bons exemplos porque colaboram com sua participação cidadã e com a recriação da sociedade civil.

Tentando consolidar sua posição, Giddens cita Robert Wuthnow, estudioso que pesquisou nos Estados Unidos o desenvolvimento de pequenos grupos de pessoas, concluindo que:

Os pequenos grupos estão fazendo um trabalho melhor do que muito dos seus críticos gostariam de admitir. As comunidades que eles criam raramente são frágeis. As pessoas se sentem objeto de atenção. Elas se ajudam umas às outras... Os vínculos que se desenvolvem entre os membros dos pequenos grupos demonstram claramente que não somos uma sociedade de individualistas empedernidos que desejam viver por sua própria conta mas, antes, que [...] mesmos em meio às tendências de desarticulação de nossa sociedade, somos capazes de nos associar em vínculos de apoio mútuo (GIDDENS, 2005, p. 91).

As críticas ao voluntariado, assim como as apologias, não são poucas. Muitos são os autores que expressam e fundamentam essa postura contrária, argumentando que o discurso pró-voluntariado legitima as novas formas adotadas no capitalismo, revigora a organização do “terceiro setor” e mantém o Estado na posição de apenas delegar atribuições. Pode-se ainda afirmar que existem aqueles que, sem uma definição clara, também manifestam seu descontentamento.

Montaño (2002), ao expor sua crítica, ressalta que o neoliberalismo faz com que as necessidades sociais, antes garantidas pelo Estado como uma responsabilidade de todos e um direito do cidadão, passem a ser supridas pelo voluntário. Nesse mesmo aspecto Petras (1999, p. 47-48) enfatiza que:

[...] a ideologia da “atividade voluntária privada” das ONGs prejudica o sentido da coisa pública: a idéia de que o governo tem a obrigação de cuidar de seus cidadãos [...] Contra esta noção de responsabilidade pela coisa pública, as ONGs fomentam a idéia neoliberal da responsabilidade privada.

Outros autores citados por Montaño também compartilham dessa ideia e salientam que onde o mercado não atua – porque não há demanda –, as ONGs, sob o controle de indivíduos, substituem a ação do Estado, dando tamanha ênfase à responsabili-

dade individual, que a responsabilidade coletiva pelo bem-estar se definha.

Além dos aspectos citados e defendidos pelos referidos autores, faz-se necessário pensar em outros aspectos, como a doação (de tempo, de serviço, de dinheiro): aquele que a recebe deve se resignar e aceitar “o que vier”, com a falsa consciência de que não tem direito como cidadão.

4. Jovens voluntários

Se a Lei do Voluntariado ilustra a importância dessa prática social na contemporaneidade, ela indica também seu caráter contraditório – já que se trata de uma atividade voluntária que só pode ser reconhecida e regulamentada via lei. Já a alteração da Lei do Voluntariado pelo governo Lula, justamente para dar conta da possibilidade de remuneração – via “bolsa” – a jovens voluntários não estudantes, ilustra, há um tempo, a importância da categoria juvenil para a categoria voluntário, assim como outros dilemas e contradições do voluntariado. Afinal, como já se indicou, nas motivações ao voluntariado aparece um pouco de tudo, não apenas – e talvez muito menos do que se imagina ou se discursa – a benfeitoria desinteressada. Daí a importância e a necessidade de uma “bolsa” para motivar o jovem voluntário. Talvez, principalmente, para cumprir uma função que vai para além do benefício ao outro que é alvo da ação solidária.

O desinteresse para com possíveis ganhos pecuniários parecia ser a principal característica do voluntariado. Contudo, quando se olha para os jovens voluntários, mais do que nunca essa qualidade se revela em seus contornos de mistificação ideológica.

Como apontam os estudos em Neves (2005), em especial com base na análise crítica da obra de Giddens sobre a terceira via, o chamamento ao voluntariado é uma das novas estratégias de “repolitização” da esfera social. A terceira via é uma das principais

sistematizações dos novos neoliberalismos em voga a partir dos anos de 1990, mais preocupado com os efeitos sociais perigosos derivados da excessiva mercantilização da vida social, em comparação com o neoliberalismo *stricto sensu*. Diferentemente do militante radical em prol de transformações gerais do modo de vida, mas também diversamente do estímulo à apatia política tão típica do neoliberalismo ortodoxo, a terceira via e suas variantes, que se tornaram as doutrinas políticas hegemônicas desde o final do século XX, incentivam a participação comunitária, formas “positivas” de contribuição com a solução de questões locais e focalizadas. Essa participação, ativa e “positiva”, permitiria tanto comprometer o novo cidadão com a “concertação social” quanto de solver questões sociais sem apelar para a reconstrução de formas mais “sociais” de Estado e sem ameaçar o âmago do sistema socioeconômico vigente. Avulta-se, aí, o voluntariado.

Nesse aspecto, nada mais interessante que o voluntariado para redirecionar as energias vitais e a disponibilidade de tempo livre, algo que os jovens – por sua condição físico-psíquica em geral e pelas tendências sociais – costumam possuir mais em comparação com as categorias etárias mais velhas. Os jovens, nesse aspecto, distinguem-se das crianças também pelo fato de que a juventude tende a marcar, nas sociedades modernas e contemporâneas, o momento em que os indivíduos pela primeira vez são apresentados, de modo consciente, aos valores e às estruturas sociais que dão base ao sistema de vida vigente (cf. MANNHEIM, 1982; FORACCHI, 1972).

Tem-se aqui uma variação específica à categoria juvenil de uma tendência geral que leva o indivíduo a praticar o voluntariado para buscar seu bem-estar. Se para o adulto voluntário de classes médias e altas, essa tendência se expressa na busca de alívio da consciência pesada diante da desigualdade social, para os jovens pode se expressar como uma canalização de energias

vitais e de tempo em excesso, evitando diversos modos de mal-estar e de comportamentos tidos pelas ideologias hegemônicas como “desviantes”, incluindo a própria militância radical.

Mannheim (1982) já preconizava, nos anos de 1940, a necessidade de direcionar as energias potencialmente rebeldes das juventudes, como técnica social, para apoiar a implementação de necessárias reformas sociais nas sociedades liberais, diante da anomia em que tais sociedades viviam e diante do desafio do totalitarismo. Nas décadas anteriores a 1940, segundo Mannheim, tal potencial transformador fora utilizado por movimentos nazi-fascistas para instaurar e dar apoio a regimes totalitários. Poder-se-ia dizer que, nos anos de 1960, tal potencial transformador juvenil articulou-se mais ou menos espontaneamente e em prol de movimentos políticos e culturais irresistíveis, os quais contestaram, de alto a baixo, de leste a oeste e de norte a sul, as bases dos sistemas sociais vigentes.

Diversamente dos anos de 1960, a motivação para a ação juvenil no voluntariado é menos espontânea: campanhas nos meios de comunicação, programas governamentais e supranacionais, projetos de ONGs e de fundações empresariais que têm insistido muito na necessidade e na qualidade da participação social como voluntário. O *marketing* pesado e a valoração positivamente construída por instituições interessadas ou cooptadas em favor da manutenção do *status quo* já indicam, novamente, o quão pode ser ignóbil o caráter voluntário do voluntariado.

Diversamente do radicalismo político de 1968, o voluntariado não implica em crítica total e em busca de superação do sistema social dado – por meio de passeatas, de ocupações e de formação de organizações revolucionárias –, mas sim a contribuição pessoal, focalizada e localizada em dada questão micro, pretensamente ajudando a incluir indivíduos e populações excluídas do sistema social vigente, o qual nunca é contestado em seus fundamentos,

mas, quando muito, advertido por conta de algumas de suas arestas que, com a boa vontade dos cidadãos solidários, bem podem ser aparadas. No discurso do voluntariado, as causas da exclusão estariam menos naquelas arestas do sistema e mais nos próprios excluídos. A solução estaria na boa vontade de todos: dos mais bem incluídos, estimulando os não incluídos a se adequarem às necessidades da sociedade e do mercado contemporâneos; dos excluídos, aceitando de bom grado a oferta de ajuda dos primeiros, dos voluntários.

Apesar de muitas das motivações dos jovens voluntários demonstrarem o quão pouco há de efetivamente voluntário e de interesse nessas ações, ainda assim não há de se desprezar que, ao menos no fim dessa práxis comunitária, pode haver um autêntico sentimento de participação e de solidariedade, uma vontade de sair do imobilismo e da indiferença.

Continuando a aproximação dos indivíduos que se tornam voluntários, entretanto, encontram-se aquelas outras interessantes motivações para essa participação – já aludidas. Para os jovens estudantes voluntários, diante das atuais tendências do mercado de trabalho, o voluntariado pode ser uma forma de aumentar sua “empregabilidade”. Passaram a ser valorizadas, no currículo, experiências como voluntário, visto que as empresas tendem a manter seus próprios programas de voluntariado: o novo funcionário, além de formação e de atuação na área profissional em que será contratado, precisa demonstrar disposição para essa nova forma de participação social e até mesmo vivência no voluntariado. Em um momento, como no Brasil atual, em que uma das principais preocupações dos jovens, em todas as categorias sociais, é o trabalho – como demonstra a pesquisa do Instituto Cidadania (ABRAMO; BRANCO, 2005) –, rapidamente eles se apercebem das vantagens de se ter experiência como voluntário. Tanto ou mais que fazer o “bem”, “transformar o mundo” ou ser

“cidadão”, é preciso aumentar sua “empregabilidade”. Em um mundo do trabalho marcado por relações de trabalho instáveis, precárias e fugazes, nas quais o emprego estável torna-se espécie em extinção, o que esses jovens buscam e precisam ter é “empregabilidade”: um conjunto de habilidades e de experiências que aumentam suas chances de se empregar ou conseguir trabalho com mais qualidade. Processos de seleção de mão de obra de grandes empresas chegam a incluir breves estágios como voluntários aos que demandam vagas.

Também antenadas com as novas tendências ideológicas e do mercado de trabalho, as instituições de ensino vêm incentivando e/ou cobrando o exercício da solidariedade voluntária. Estímulos e práticas têm se dado desde a educação infantil: visitas a projetos sociais, quando os professores da escola visitante ministram atividades lúdicas aos visitados; contribuição pecuniária do aluno, em troca de não usar o uniforme escolar naquele dia, destinada a projetos; ações ligadas à educação ambiental, como plantio de mudas e palestras que visam mudar atitudes em relação ao uso da água e à reciclagem etc. Em uma palestra sobre participação política dos jovens, em uma escola particular de ensino médio de uma grande cidade, um dos autores deste artigo, depois de notar uma curiosa mistura de surpresa com apatia da plateia adolescente diante da história dos movimentos estudantis, lançou a pergunta: “o que é ser voluntário?” A resposta estava na ponta da língua. Várias vozes responderam, quase em coro: “dispor de um tempo de si para o outro”.

A educação para o voluntariado completa seu ciclo no ensino superior, em especial por meio de atividades complementares que serão impressas no currículo escolar, ao lado das notas e da frequência nas disciplinas e das horas de estágio. Muitas dessas atividades tendem a ser horas “doadas ao outro” como voluntário nos chamados projetos sociais, alguns inclusive montados

pela instituição universitária, que assim também cumpre sua cota de responsabilidade social (não por meio de seus funcionários, como as demais empresas, mas sim por seus estudantes). Atividades que são planejadas pelos professores e coordenadores, “aderidas” pelos alunos, supervisionadas, registradas em relatórios, consagradas em cerimônias e reportagens da imprensa.

Para as juventudes, ricas ou pobres, o voluntariado pode bem ter a função de alternativa ao mero desemprego. Na verdade, para o bem do próprio sistema social produtor de desemprego estrutural, o voluntariado pode ser uma feliz contribuição para a redução da taxa de desemprego (PARK, 2007). Jovens em formação universitária ou recém-formados podem ter no trabalho voluntário uma interessante ocupação para o exercício de sua profissão, ganhando experiência, ainda que sem emprego formal, e talvez até alguma remuneração. Jovens de camadas populares podem ter uma “bolsa” em diversos projetos de voluntariado governamentais, quase sempre em parceria com ONGs e fundações (e não foi por menos que houve a alteração supracitada da Lei do Voluntariado no Brasil).

Diversos programas sociais voltados a jovens de camadas populares convocam um novo ideário sobre a participação social da juventude, em íntima ligação com a mitologia do voluntariado: trata-se do protagonismo juvenil. Dados da pesquisa sobre programas socioeducativos voltados a jovens, entretanto, mostram que a participação efetiva destes nos programas se dá prioritariamente na execução das ações, e mais raramente nas etapas de elaboração (SPÓSITO; SILVA; SOUZA, 2006).

De todo modo, com esse jovem voluntário bolsista, vê-se mais uma tarefa cumprida pelo voluntariado: a inclusão daqueles localizados em zonas perigosas da vida social – que correm o risco de ser levados à criminalidade e até a revolta – não apenas como beneficiados pelas ações voluntárias, mas também exercendo a

própria função de voluntário. Tais jovens, entretanto, parecem padecer de ainda mais exigências por parte dos que concedem as bolsas para aqueles agraciados por programas ao estilo Agente Jovem (SPÓSITO; SILVA; SOUZA, 2006). O enquadramento desse jovem voluntário – que é bolsista e oriundo, em geral, de camadas populares – parece ser mais severo e completo do que aquele destinado a jovens de outras categorias. Esse enquadramento, como foi visto, traveste-se da ideologia do protagonismo juvenil: o jovem bolsista, em sua grande maioria, oriundo de áreas menos atendidas por serviços públicos, em troca de uma pequena bolsa, é obrigado a comprovar sua frequência escolar e a realizar ações em sua comunidade (a tal da práxis comunitária descrita no início deste texto):

Os programas, por serem focalizados, atingem principalmente jovens desprovidos de direitos, que vivem em territórios destituídos de serviços básicos, predominando uma quase absoluta ausência do Poder Público. Espera-se eu essa população volte à escola pública para concluir seus estudos (sabemos que não são poucas as dificuldades inscritas nessa meta), para participar, quase de modo diário, de atividades educativas e para promover o desenvolvimento do seu bairro, quando o Estado e outras instituições não o fizeram. Por que esse conjunto de exigências e tais expectativas apenas com jovens pobres? Por que alunos de escolas técnicas federais ou de universidades públicas, usufruindo serviços gratuitos mantidos pelos impostos, não estão também submetidos a qualquer contrapartida comunitária, sabendo-se que teriam melhor capital cultural e social para essa ação? (SPÓSITO; SILVA; SOUZA, 2006, p. 255).

E a uma fração desses jovens das camadas populares será destinada ainda a um último tipo de voluntariado, se bem que raramente ele recebe tal nome, já que é uma participação solidária coagida. Foi instalada recentemente no Brasil a prática de serviços comunitários como alternativa à prisão – práticas que, às ve-

zes, são divulgadas como voluntárias, ocultando o que é coação como solidariedade autônoma. Também se consagraram, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), diversas medidas socioeducativas a adolescentes em conflito com a lei, como alternativa à internação – entre as medidas, justamente as de serviços comunitários. Ao se observar melhor o que aponta a alteração da Lei do Voluntariado, no item I do parágrafo 1º do Artigo 3ºA, mesmo após o cumprimento dessas medidas socioeducativas (assim como para aqueles egressos do sistema prisional), o que se oferece aos jovens recém-saídos do voluntariado coagido é outra modalidade de práxis comunitária: justamente aquela praticada pelo jovem voluntário bolsista.

Conclusão

Este artigo buscou possibilitar a ampliação da concepção e estabelecer uma visão mais clara e uma postura mais crítica sobre o trabalho voluntário.

Um ponto ficou evidente: se essa ação está instituída e, talvez, consolidada, já há algum tempo, é impressionante como nos últimos anos o discurso para ser voluntário se tornou bastante enfático, trazendo implícito que essa é a única maneira de preencher o vazio que o sistema capitalista deixa, recuperando a aparência de equilíbrio e o controle sobre a realidade.

Contudo, a efetivação do voluntariado acaba dissimulando a intenção do Estado em se escusar das responsabilidades que lhe são atribuídas. É preciso ter consciência de que as necessidades sociais brasileiras, acrescidas ao abismo social, exigem respostas complexas e que posições radicais e pontuais não conseguirão, de forma nenhuma, elevar o cidadão pobre, discriminado e predestinado ao fracasso e à exclusão social com a concepção de que é o único culpado pela sua situação.

Apesar do tom bastante crítico do artigo, necessário diante de tantas apologias simplistas e ingênuas sobre o voluntariado, não se defende uma posição extremada sobre o voluntariado. Deseja-se, sim, que se tenha uma visão crítica para se levantar os prós e os contras, e, a partir disso, equacionar para saber se e como as ações voluntárias trazem mais benefícios ou malefícios. Já não é mais possível “demonizar” ou “endeusar” esse sujeito, mas desenvolver a consciência de que a sociedade está repleta de voluntários. Se eles fazem mais mal do que bem, é necessário, então, encontrar soluções para o problema, e mais, é preciso lutar por elas.

Entre as motivações do voluntariado, existe em algum teor – e isso pode se potencializar – o desejo de uma efetiva participação social e um incômodo diante de questões que urgem na coletividade. Em comparação com voluntários de outras categorias etárias, esse é um aspecto muito mais presente e que tende a se tornar mais forte entre os jovens voluntários. Reside aí a esperança de que tal desejo, esse ímpeto, não seja simplesmente somatizado e canalizado para as costumeiras ações fragmentadas e frágeis que marcam os programas de voluntariado atualmente.

Para refletir sobre isso e para finalizar este estudo, Freire (2002, p. 58) contribui com a seguinte afirmação:

[...] já não foi possível existir sem assumir o direito e o dever de optar, de decidir, de lutar, de fazer política. E tudo isso nos traz de novo a imperiosidade da prática formadora, de natureza eminentemente ética. E tudo isso nos traz de novo à radicalidade da esperança. Sei que as coisas podem até piorar, mas sei também que é possível intervir para melhorá-las.

Notas

- ¹ Este artigo foi apresentado como trabalho no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, GT 26 “Sociologia da Infância e da Juventude”, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em julho de 2009.
- ² *Novo dicionário Aurélio*, 15ª impressão, editora Nova Fronteira.

- ³ Informação encontrada no site <<http://www.davison.com.br/novembro/voluntario.html>>. Acesso em: 20 de novembro de 2007. Na época da pesquisa, o site estava no ar. Atualmente, ele está indisponível.
- ⁴ Ver Gillis (1981) sobre a importante participação de jovens nessas organizações e nesses movimentos.
- ⁵ Ato Institucional nº 5: conjunto de medidas de exceção decretas pelo regime no final de 1968, dando início aos mais sombrios anos da ditadura.
- ⁶ Ver Park *et al.* (2006), referência que servirá de base também para outros dados históricos desse item.
- ⁷ A sociedade civil está com aspas por se referir a uma concepção atual que tem muita força nos círculos sociais e políticos e que praticamente a iguala ao dito “terceiro setor”. Em outras palavras, a sociedade civil tem sido considerada, nas práticas e nos discursos governamentais e de diversas associações sociais, como uma esfera diferenciada tanto do Estado (chamado primeiro setor), quanto do mercado (segundo setor), segundo Montañó (2002). Entretanto, adotou-se neste artigo a concepção de sociedade civil presente em Antonio Gramsci, na qual o Estado é visto de modo ampliado, ou seja, uma totalidade que abarca tanto instituições da sociedade política (fundamentadas na força e nas quais a classe dominante tem a posse) quanto instituições da sociedade civil (fundamentadas na ideologia e nas quais a classe dirigente busca a hegemonia). Estas instituições não necessariamente são ligadas ou controladas pela sociedade política, como igrejas, escolas, sindicatos e associações beneficentes, mas realizam um trabalho ideológico fundamental de convencimento sobre a legitimidade do sistema socioeconômico reinante (MARTINS, 2007).
- ⁸ A Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, é uma sociedade civil de direito privado, de natureza filantrópica, sem fins lucrativos, com atuação em nível nacional e duração por prazo indeterminado, com sede e foro na cidade de Curitiba, no Paraná (ver o site: <www.pastoraldacrianca.org.br>).
- ⁹ Conforme a nota 7.
- ¹⁰ Uma das teorias da psicologia transpessoal baseada na construção do sujeito combinando os princípios: mental, físico, emocional.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005.
- ASSIS, Machado. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.
- BRASIL. *Lei nº 9.608*, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9608.htm>. Acesso em: 10 de outubro de 2008.
- CORULLÓN, Monica; WILHEIM, Ana Maria. *Voluntários: programa de estímulo ao trabalho voluntário no Brasil*. São Paulo: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, 1996.
- DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução?* Havana: Casa de las Américas, 1967.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Tradução de Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- GILLIS, John. *Youth and history: tradition and change in European age relations, 1770-present*. Nova York: Academic Press; London: Expanded Student Edition, 1981.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 2001.
- GROPPA, Luís Antonio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

- MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (Org.). *Mannheim: sociologia*. Tradução de Emilio Willems, Sylvio Uliana e Claudio Marcondes. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; 25).
- MARTINS, Marcos Francisco. Educação Sócio-comunitária em construção. *Histedbr On-line*, Campinas, n. 28, p. 106-130, dez. 2007. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art08_28.pdf>. Acesso em: 2 de novembro de 2009.
- MARTINS, Luciano. A Geração AI-5. *Ensaio de Opinião*, v. 2, n. 3, p. 72-103, 1979.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- PARK, Margareth. Dilemas do voluntariado. *Revista de Ciências da Educação*, Aparecida, ano 9, n. 17, p. 57-66, 2º sem./2007.
- PARK, Margareth, et. al. Voluntariado, categoria trabalhista? Reflexões e provocações. *Revista de Ciências da Educação*, Aparecida, ano 8, n. 15, p. 93-130, 2º sem./2006.
- PASTORAL DA CRIANÇA. *Como fazemos*. Disponível em: <www.pastoraldacrianca.org.br>. Acesso em: 12 de fevereiro 2009.
- PETRAS, James. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: Furb, 1999. (Coleção Sociedade e Ambiente, nº 3).
- SEAGAL, Sandra; HORNE, David. *Human Dynamics: um novo contexto para compreender pessoas e realizar o potencial de nossas organizações*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.
- SPÓSITO, Marília Pontes; SILVA, Hamilton Harley de Carvalho e; SOUZA, Nilson Alves de. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, v. 11, n. 32, p. 238-257, maio/ago., 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. 1968: revolution in the world-system. Thesis and queries. *Theory and Society*, Holanda, Kluwer Academic Press, n. 18, p. 431-449, 1989.